

TRAJETÓRIAS DO LUGAR DE VIVER EM TERRA DE REFORMA AGRÁRIA¹

Viviane Santi Martins²

Renata Menasche³

Resumo: Este trabalho tem por objetivo sistematizar e apresentar alguns dos resultados da investigação realizada enquanto dissertação de mestrado, que se propôs a analisar a constituição do *lugar da morada* de famílias rurais em contexto de assentamento da Reforma Agrária. O *lugar da morada* é apreendido como *locus* em que se desenvolve a dinâmica familiar, incluindo a casa e o entorno próximo, com o pátio, o jardim, a horta e o "arvoredo". O trabalho mostra a trajetória que os colonos assentados percorrem no processo de constituição do *lugar de viver* no novo *espaço*, trajetória que é permeada pela reconstrução da própria vida em um novo contexto. A constituição do *lugar da morada* desenha-se a partir do estabelecimento de laços afetivos com a nova terra, em que o *espaço*, percebido como estranho, torna-se, no curso da vida, o *lugar de viver*. As construções e seu entorno revelam um sistema de valores que reflete a organização da existência desses agricultores, por meio da atualização dos *modos de morar*, entendidos como textos da cultura, que falam sobre a família e a moral camponesa. Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, realizada em 2008, no assentamento São Virgílio, situado no município de Herval, Rio Grande do Sul.

¹Uma versão anterior deste artigo foi submetida à discussão no IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, organizado e sediado na UNIARA – Centro Universitário de Araraquara, entre 9 e 11 de junho de 2010, em Araraquara.

²Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: casa.saudavel@yahoo.com.br.

³Doutora em Antropologia Social. Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br.

Palavras-chave: Habitação Rural; Campesinato; Espaço/Lugar; Assentamento da Reforma Agrária.

Abstract: *This paper aims to systematize and present some results of a research accomplished through the master's dissertation, which was designed to investigate the establishment of the dwelling place for rural families, in the context of Agrarian Reform settlement. The dwelling place, where the community is seen as the locus of development within the dynamics of family life, includes also the house and its surroundings as well as the patio, backyard, vegetable garden, and the "orchard". This work shows the path followed by settlers to go through the process of establishing a place to live in a new space; this trajectory permeates the restructuring of their own lives into new context. The establishment of a dwelling place is drawn from the special relationship with the new land, where the space, defined as unknown, will later becomes, within the life course, a place to live. Throughout texts related to family histories, cultural identities, and the moral economy of the peasant, rural buildings and surrounding area reveal a value system that reflects the organization of the livelihood of these growers, for a modern way of living. This study was carried out through qualitative research, using ethnographic method, and it was held in 2008, at São Virgílio settlement, located in Herval town, in the countryside in Rio Grande do Sul State.*

Keywords: *Rural Dwelling; Peasantry; Space/Place; Agrarian Reform Settlement.*

Introdução

Neste trabalho, busca-se apreender os *modos de morar* de famílias rurais no contexto dos assentamentos de Reforma Agrária, por meio de uma perspectiva multidisciplinar que compreende *espaço* e *lugar* para além de sua materialidade, imergindo em suas significações simbólicas, permeadas pelo *mundus* camponês. A perspectiva adotada neste estudo compreende as famílias rurais por meio de sua campesinidade (WOORTMANN, 1990), condição adjetiva que se manifesta na dinâmica dos modos de vida, evidenciada por uma teia complexa, em que *terra, família e trabalho* são elementos centrais e estão imbricados entre si, de acordo com a abordagem de Woortmann, E. e Woortmann (1997).

Ao analisar a trajetória do *lugar da morada* com o objetivo de responder aos questionamentos construídos na problematização desta pesquisa, buscou-se compreender como se deu sua constituição para o grupo pesquisado, o que informam os ambientes que o compõem e de que forma se atualizam os *modos de morar* ante a nova realidade, representada pelo assentamento rural.

O campo empírico escolhido para tal investigação foi o Assentamento São Virgílio, localizado no município de Herval, na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, onde foi possível conviver com as famílias assentadas, buscando apreender como percebem o processo de construção de seu *lugar*, a partir da memória de sua trajetória, dos sonhos expressos e do universo lógico e simbólico que os orienta.

O município de Herval, situado na zona Sul do Estado, destaca-se por concentrar o maior número de famílias assentadas na Região Sul. De acordo com Soares e Salamoni (2007), a zona Sul caracteriza-se por predominância de latifúndios, tradicionalmente de pecuária extensiva, com fraca dinamicidade econômica nas últimas décadas. Essa condição resultou em pressões por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, vindo a região a tornar-se uma das mais importantes para a implementação da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, especialmente a partir do final da década de 1980.

As famílias que passaram a habitar os assentamentos da zona Sul deslocaram-se do Noroeste do Estado, especialmente da região do Alto Uruguai, caracterizada por práticas da agricultura familiar (SOARES, SALAMONI, 2007). Entre os colonos⁴ assentados em São Virgílio, há uma diversidade étnica, sendo que em sua maioria são descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. Seus municípios de origem distam entre quinhentos a setecentos quilômetros do município de Herval, como podemos observar na Figura 1.

⁴Segundo Seyferth (1992, p.80), o termo colono tem sua origem na administração colonial: "para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização". Assim é que, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar. Para Woortmann (1995, p.16), "O termo colônia designa tanto a parcela onde se realiza o trabalho familiar quanto a região ocupada por imigrantes e seus descendentes. Em qualquer de seus sentidos, o termo se associa à família e ao trabalho".

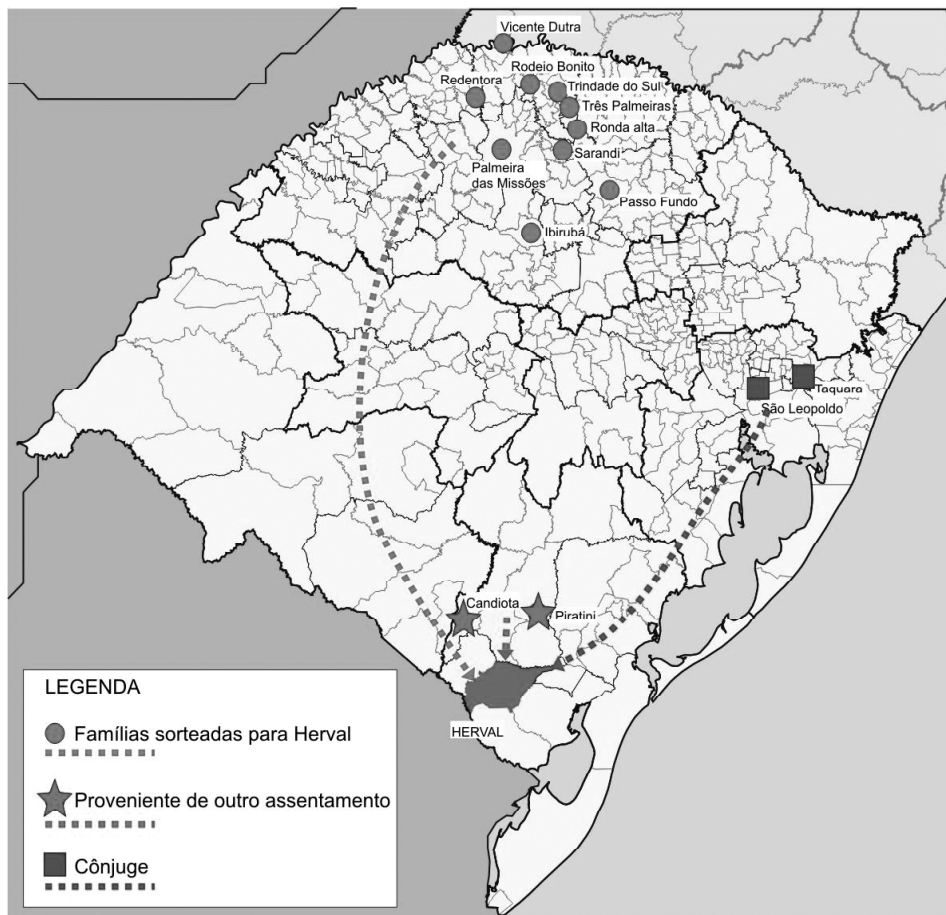


Figura 1 – Mapa ilustrativo do deslocamento dos assentados dos locais de origem para o Assentamento São Virgílio.

Fonte: Adaptado por Martins, V. (2009). Modificado de Abreu (2006).

No caso do assentamento São Virgílio, as famílias dividiam-se, em sua maioria, em dois grupos principais. Uma parte dos assentados era composta por pequenos agricultores que viviam nas terras dos pais, cujas áreas não permitiam a sobrevivência de todos, tornando necessária a migração. Outro grupo é formado por trabalhadores rurais que viviam sob o regime de *agregação*/parceria, ou seja, que residiam e trabalhavam em terras de terceiros, sendo-lhes destinadas, para cultivo, áreas em que não era possível o trabalho mecanizado.

A trajetória pela qual passam os agricultores sem-terra até a conquista

do assentamento inclui períodos de moradia em acampamentos. A maioria das famílias relata a passagem por mais de um acampamento antes de conquistar a terra.

O assentamento foi dividido em cinquenta e um lotes, com área média de vinte e quatro hectares. Também foram demarcadas as estradas, a reserva legal em lote único e a área da Sede do assentamento, incorporando as benfeitorias existentes para uso coletivo, inscritas em quatro hectares. As estradas e a energia elétrica só chegaram quatro anos depois da mudança para o assentamento. Supostamente por orientação das lideranças locais do MST, a localização das casas foi condicionada à proximidade das estradas, com o objetivo de reduzir custos no momento da instalação da rede de energia elétrica.

No acampamento, o MST orientara os agricultores a se organizarem em *núcleos*, em que se reuniam, em sua grande maioria, a partir de afinidades de vizinhança e parentesco. Já no assentamento, os agricultores dividir-se-iam em *grupos* para a distribuição dos lotes, respeitando o sistema de *núcleos* utilizado nos acampamentos. Cabe ressaltar que, embora a organização espacial tenha sido orientada pelo sorteio dos grupos, os assentados que hoje vivem em São Virgílio identificam as divisões espaciais pela teia de relações formada pelos laços de parentesco e compadrio.

Desde que o assentamento foi criado, no final do ano de 1998, algumas famílias realizaram trocas de lotes entre assentamentos diferentes ou, ainda, dentro do próprio assentamento, como estratégia para a recriação das redes sociais. Nesse processo, alguns agricultores conseguiram reconstruir no assentamento parte de suas redes de parentesco. O tecido social volta a ser tramado, e os casamentos entre filhos de assentados unem as famílias, assim como os compromissos de compadrio, como ilustra a Figura 2⁵.

⁵As teias de parentesco aqui apreendidas traduzem apenas os laços parentais informados espontaneamente pelos assentados, portanto não representam a totalidade da teia de relações em São Virgílio.

LAÇOS DE PARENTESCO

LEGENDA

- Masculino 1 geração
- ◇ Feminino 1 geração
- ◐ Masculino 2 geração
- ▽ Feminino 2 geração

Letras representam membros de famílias diferentes com laços de parentesco no interior do assentamento São Virgílio.

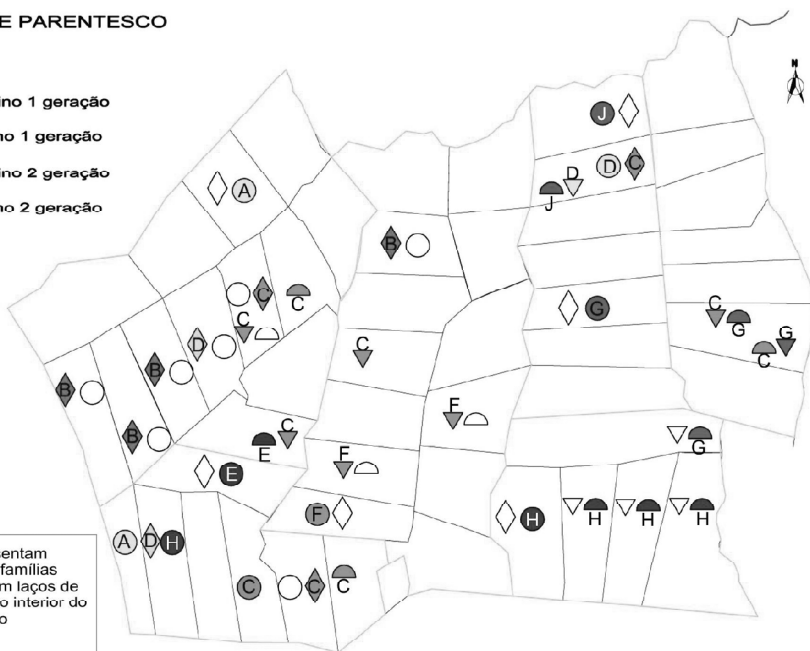


Figura 2 – Mapa ilustrativo dos laços de parentesco apreendidos em pesquisa no assentamento São Virgílio.

Fonte: Adaptado por Martins (2009). Modificado de Brasil (2006).

Entre as dificuldades relatadas pelos assentados, a distância do local de origem, especialmente dos familiares e amigos que não os puderam acompanhar, está impressa em suas memórias, por vezes fragmentadas, e a distância tem ecos de saudades de suas experiências de vida. A Reforma Agrária representa, para os agricultores sem-terra, a possibilidade de reespecializar a teia de relações parentais (MARTINS, 2003) a partir de diversas estratégias. No entanto, esse processo de reunir a família, quando é possível, pode levar anos e, mesmo nos casos em que as famílias conseguem se reunir em uma mesma região, a natureza complexa das teias de relações parentais resultará em uma espacialização incompleta, em que sempre faltará alguém importante.

Os assentados de São Virgílio enfrentaram, ainda, a difícil adaptação às diferenças regionais, que incluiu desde o aprender novos labores da terra até a inserção no novo universo simbólico e cultural. A exemplo de outros assentamentos, sua história é atravessada pela resistência à "complexa trama de

tensões" (FERRANTE, BARONE, BERGAMASCO, 2005, p.38) da política de Reforma Agrária no Brasil, que expressa as contradições e possibilidades da agricultura familiar diante do poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no que se refere ao desenvolvimento social.

Sob esse contexto e por meio de investigação etnográfica deu-se a análise da trajetória da constituição da *morada*, cujas complexidades perpassam a recriação dos modos de vida sobre a terra conquistada. Nessa abordagem, destaca-se a percepção em que *espaço* e tempo são tramados. Assim é que os eventos percebidos como relevantes pelos agricultores compõem uma cadência de marcos *espaço-temporais* que conformam a constituição do *lugar da morada*.

Acampamento: Tempo de espera, espaço de passagem

O acampamento é percebido, simultaneamente, como tempo de espera e *espaço* de passagem para a nova condição de vida, marcada por um porvir representado pelo sonho de ter terra. A condição provisória faz que o acampamento represente um *espaço* ambíguo, liminar, em que os colonos não estão nem no lugar de origem, nem no novo *lugar*.

As dificuldades e sofrimentos vividos nesse tempo levam muitos a desistir, e aqueles que resistem guardam as lembranças na memória, ainda que estejam presentes no próprio silêncio referente àquele tempo.

O acampamento é percebido como um marco temporal. Segundo Costa (2004), ao acampar, o colono passa a ser identificado como sem-terra, aquele que requer a terra como direito social. De acordo com Martins (2003), os acampados representam uma comunidade à espera de um *território*, constituída virtualmente a partir de sua teia de relações parentais e de vizinhança. Dessa forma, o acampamento, embora se localize no *espaço*, é percebido como tempo: é um tempo localizado no *espaço*, demarcando a divisão entre um passado sem perspectivas e um futuro de possibilidades a partir da conquista da terra. Assim, temos que o acampamento representa um tempo de espera. Dessa forma, o acampamento caracteriza-se como um dos processos mais fortes de *desterritorialização* por que passam os colonos em busca de terra.

Por meio dos depoimentos dos assentados ao se referirem à decisão de enfrentar o acampamento, foi possível apreender que o acampamento é percebido como *espaço*: precário, provisório e inadequado. Como *espaço*, o acampamento é identificado com a categoria *mundo*. Woortmann e Woortmann (1997) destacam os significados da expressão *mundo* para os camponeses de Sergipe: "designa um universo desconhecido, onde reside o perigo, e engloba desde a

natureza desconhecida até os grandes centros urbanos." (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p.39). Aqui compreendemos as categorias *espaço*, *mundo* e *natureza* com significações que se correspondem entre si, podendo ser atribuídas ao acampamento. Segundo Tuan (1983), o *espaço* é indiferenciado, desconhecido, ameaçador, ao mesmo tempo em que é um símbolo de amplidão, possibilidade de movimento e liberdade. Assim, temos que o acampamento, ao ser percebido como *espaço*, a partir dos contrastes que lhe são próprios, apresenta ambiguidades nos sentimentos que desencadeia em diversos níveis de significado e experiência.

Enquanto *tempo-espaço*, os camponeses sem-terra vivem uma busca constante em tornar o *espaço de acampar em lugar de viver*, de forma a fortalecer a necessidade de resistir. Segundo Tuan (1983), *espaço* e *lugar* remetem a relações espaciais complementares e antagônicas, relacionadas entre si: para falar de um, é necessário falar do outro, pois "*espaço* é mais abstrato do que *lugar*" (TUAN, 1983, p.6). O *espaço* representa o movimento, o desconhecido, o indiferenciado, enquanto o *lugar* representa a pausa ao movimento, o que permite localizá-lo, transformar o espaço em lugar. Na expressão de Tuan (1980), o lugar é como o lar, permeado de valores familiares imbricados entre si, referindo-se ao *mundo vivido*. Assim é que o acampamento ora é vivido como *espaço*, ora como *lugar*.

Na busca em torná-lo *lugar*, os agricultores compõem os arranjos espaciais, remetendo aos *modos de morar*, em que estão representadas as esferas do social e do privado em meio aos barracos de lona. Nesse sentido, o local das refeições é marcado pelo "jipe", uma espécie de fogão a lenha improvisado, em torno do qual se reúnem, não só a família, mas os membros do grupo formado no acampamento, a partir das afinidades de parentesco e vizinhança. Já a área destinada aos cômodos de dormir é reservada aos membros do grupo doméstico. As mulheres juntam-se aos maridos no acampamento, assim que esse esteja com o "*lugar* estruturado" ou, ainda, somente depois da mudança para a nova terra.

O sorteio é o instrumento usado para decidir seus destinos. O sorteio é um dos momentos mais importantes do acampamento, representa a possibilidade do fim da espera pela terra sonhada, configurando-se, ele próprio, como um marco temporal, pois delimita o fim do acampamento para aqueles sorteados.

Nesse momento, a organização em núcleos também representa a delimitação do grupo de famílias que está concorrendo ao sorteio, significando a definição dos futuros vizinhos no assentamento, o que expressa a imprescindibilidade da

formação dos núcleos a partir das redes de relações parentais e de vizinhança, pois quem é sorteado "é o núcleo e não a família". Mas os núcleos não são entes organizacionais fixos, como pode parecer em uma primeira leitura; sua composição pode mudar de acordo com as necessidades do momento, da negociação constante entre interesses divergentes, conflitos de convivência e rearranjos de novas afinidades.

A terra conquistada: primeiros tempos

A mudança para a terra conquistada representa a possibilidade de início de uma nova vida, o que se dá a partir daquilo que os colonos carregam do acampamento e/ou do *lugar* de origem. Após um longo tempo de espera nos acampamentos, que durou meses para alguns acampados e anos para outros, chegou o dia da mudança para o novo assentamento. Nesse sentido, a mudança significou efetivamente o deslocamento daqueles que estavam morando no acampamento para o local do assentamento. De forma similar à que ocorrera com a instalação no acampamento, alguns agricultores foram à frente, sem as famílias, buscando estruturar condições mínimas de habitabilidade para então levar as mulheres e os filhos; outros já se mudaram com a família e, juntos, improvisaram os locais de moradia.

Muitos agricultores foram buscar sua mudança somente depois de conhecer o novo *espaço*, de iniciar uma pequena roça e improvisar suas moradias. Assim, temos que a mudança também significava o deslocamento dos pertences da família que, em muitos casos, era acompanhado pelo deslocamento dos membros da família que até então permaneciam no local de origem. Esse momento era considerado importante, pois aí tinha início a constituição do *lugar*, a partir daquilo que se tinha. Na mudança, carregava-se o que era mais significativo para a família, pois o volume do que se podia transportar era limitado pelo frete que se podia pagar.

Cabe ressaltar que as famílias rurais, ao aderirem ao acampamento, apresentam diferenças no que se refere ao acesso a recursos econômicos e a relações sociais que poderiam lhes dar suporte nesse tempo difícil, marcado pela precariedade (QUINTEIRO, 2003, p.168). No caso aqui estudado, o mesmo também ocorreu ao chegarem ao assentamento, sendo que a distinção entre as famílias se refletiu – e segue se manifestando - nas condições de vida da família ao longo dos anos.

As diferenças de acesso a recursos econômicos e sociais entre as famílias, que já se apresentavam no tempo de acampamento, refletem, assim, também no processo de constituição do *lugar da morada*. Entre outros fatores daí

decorrentes e importantes nesse processo, vale destacar a capacidade de ressocialização ao novo modo de vida.

Ao chegar a sua terra, os colonos a percebem como um *espaço* estranho e hostil. Eles dizem que na terra "não tinha nada". Esse "nada" revela o sentimento de não identificação com o *espaço*, que, à medida que se torna *vivido*, passa a ser percebido também como o *lugar* em que os agricultores construiriam "tudo".

A expressão "nada" representa mais do que supressões no plano material: carrega também significados de ordem simbólica, pois remete à *falta* de uma *paisagem* que lhes permita o sentido de pertencimento, uma *paisagem* construída ideologicamente, que lhes informe que elementos definem um *lugar de viver*. Para Claval (2001), a *paisagem* é construída pela sociedade, não está situada no exterior, mas faz parte da realidade social. Segundo esse autor, as *paisagens* existem no espírito daqueles que a vivem, modelam e que por ela são modelados, carregadas de imagens e símbolos. A *paisagem* idealizada pelo assentado remete a seu local de origem, estando associada a uma ordem camponesa, em que a relação entre humano e natureza é perpassada pelas categorias terra, família e trabalho (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997).

Na *paisagem do nada*, os agricultores se instalaram de forma similar à que fora empregada no acampamento, coletivamente e de maneira provisória. Na precariedade dos primeiros tempos de assentamento, em que as expectativas já eram diferentes daquelas do acampamento, a convivência coletiva gerou as condições para a manifestação de conflitos, alguns dos quais remanescentes dos tempos de acampamento. Mas as dificuldades e sofrimentos também fizeram germinar solidariedades⁶: em tempo de apropriação do espaço, marcado pelos primeiros anos, as relações sociais se (re)construíram, em paralelo à construção do *lugar*.

⁶Às dificuldades dos primeiros tempos, somar-se-ia a passagem de um tornado pelo assentamento, causando grandes perdas materiais, assim como marcas profundas na memória daqueles que o vivenciaram. Com o fenômeno do "tufão de vento", os barracos de lona ou madeira foram danificados ou completamente destruídos, deixando muitas famílias desabrigadas. A solidariedade dos parentes e vizinhos foi fundamental para a resistência dos atingidos, que "recomeçaram do nada".

Salienta-se que, na elaboração deste texto, a fim de preservar as identidades dos interlocutores, optou-se pelo uso de nomes fictícios.

A constituição do lugar

Eu saía, abria aquela porta, olhava lá pra fora e imaginava "É nosso isso aí!" Era um sonho, um sonho de ter um pedaço de terra. A gente olhar pra um lugar... por que, na verdade, a gente não tinha nada. A gente sair pra fora e olhar. Daqui enxerga longe, e dizer "lá onde passa nossas divisas, é nosso isso aqui". É o sonho. (Olavo)

A partir da demarcação dos lotes, os colonos assentados assumem suas parcelas de terra e passam a trabalhar o espaço de forma a transformá-lo no *lugar de viver* da família – a *morada da vida*, como disse Heredia (1979), referindo-se a camponeses de outra época e contexto. Dessa forma, a teia de relações sociais passa a estender-se sobre o *território* do assentamento e o lote passa a representar a esfera privada da família.

A constituição do *lugar da morada* parte do planejamento do lote, informado pelo saber-fazer camponês. O planejamento é o *trabalho cognitivo*, que antecede o *trabalho físico* e inicia mesmo antes da mudança da família "para cima" do lote. É por meio do planejamento que tem início o processo de *apropriação* do espaço. Para Haesbaert (2004), o processo de *apropriação* do *território* relaciona-se a dimensões simbólicas, "carregado de marcas do 'vivido', do valor de uso" (HAESBAERT, 2004, p.2).

Sob a perspectiva da *apropriação* do espaço, temos que a demarcação, o planejamento do lote e a construção do *locus* familiar forjam e são forjados pelos assentados ao longo do tempo. Nesse sentido, o processo de *apropriação* ocorre em um movimento constante, oscilando entre o sentimento de *espaço* e *lugar* em relação ao lote. A *apropriação* da parcela familiar dentro do assentamento se inicia por meio da delimitação de suas fronteiras, sendo o lote percebido como *território* na esfera físico-geográfica. Mas o processo de *apropriação* também perpassa a efetiva ocupação e organização do *espaço*, assim como as significações associadas a esses usos.

Nesse processo de *territorialização*, são construídos laços afetivos com a nova terra, aos poucos percebida como o *lugar da morada*. Beledelli (2005), ao estudar a cultura e a organização do *território* em assentamentos do MST na região da Grande Porto Alegre, destaca que

Ao demarcar a área, o indivíduo passa a identificar esse espaço como seu e, juntando-se ao conjunto do assentamento, é formado um novo território no

qual nem todas as relações estabelecidas serão iguais. Por outro lado, há uma representação simbólica, afetiva, uma apropriação, criando a subjetividade, a identidade com aquele espaço, enfim, a territorialidade (BELEDELLI, 2005, p.60).

O planejamento e a construção do *lugar* de cada família compõem, na esfera da unidade familiar, o processo de *reterritorialização* do assentado, processo que iniciara em momento anterior na esfera coletiva. Segundo Haesbaert (2004), todo *território* responde, ao mesmo tempo, a dimensões simbólicas e funcionais "tanto para realizar 'funções' quanto para produzir 'significados'" (HAESBAERT, 2004, p.3).

A mudança "para cima do lote" ocorre de forma progressiva: primeiro o pai de família faz o reconhecimento do lote, explora seu *território* e, à medida que se dá a *apropriação*, vai imprimindo o *trabalho* sobre a terra, para que possa dar condições à produção de subsistência para a família. Ao garantir as condições *essenciais*, muda-se com a família "para cima do lote", mesmo sob um abrigo improvisado. Cabe ressaltar que aqui é adotada a abordagem de Woortmann e Woortmann (1997) que, ao estudarem camponeses sergipanos, apontam que o *trabalho* é entendido como processo, incluindo as ideias que o antecedem e o constroem, transcendendo aquelas abordagens que, a partir da lógica econômica, partem do trabalho realizado. Para os autores citados, o *trabalho* expressa uma cosmologia que orienta os modos de vida da família camponesa. De acordo com essa perspectiva, o *trabalho* investido sobre a terra legitima seu uso, pois é o *trabalho* que transforma a *terra*⁸ (*natureza*) em *solo* (*cultura*) na construção da roça. Nesse estudo, os autores partem da análise do *lugar do trabalho*, o sítio, ele mesmo também resultado do *trabalho*, na dimensão espacial, e resultado de um processo histórico secular de interação do homem com a *natureza*, na dimensão temporal.

⁸Nesse estudo, Woortmann e Woortmann (1997) demonstram como se articulam as categorias *terra* e *solo* na produção da roça, percebidos respectivamente como domínios da *natureza* e da *cultura*. Nesse contexto, a *terra* refere-se à *natureza* bruta, ainda desconhecida, sobre a qual não foi investido trabalho; o *solo* significa que a *terra* já foi domada por meio do *trabalho*, já está mansa, não oferece mais nenhuma ameaça e pode receber o *trabalho de Deus*, por meio da chuva e do sol.

No caso do assentamento São Virgílio, compreendemos o *lugar da morada* como parte do sistema do lote. Nesse contexto, abordamos o lote sob a perspectiva sistêmica do sítio camponês, tal como proposta por Woortmann e Woortmann (1997). No entanto, diferentemente do que mostra o estudo sobre camponeses sergipanos que aqui comentamos, no caso do assentamento, o agricultor não tem já realizado um longo processo de interação com a *natureza*, tendo em vista que constrói seu *lugar* em uma terra desconhecida, um *espaço* ausente de significações e laços afetivos.

No contexto da Reforma Agrária, o camponês sem-terra constitui seu *lugar* em paralelo ao processo de construção de significados e laços afetivos, e o faz a partir da recriação de seus modos de vida combinados às condições da nova vida, em processo de *reterritorialização* sobre a terra conquistada. Segundo Medeiros (2006), os agricultores que hoje vivem nos assentamentos criam sua identidade num *espaço* desconhecido, que vai sendo aprendido a cada dia. Entre erros e acertos, os colonos vão redesenhando sua *territorialidade*, atravessada por sua condição camponesa. Segundo a autora, os assentados "começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade" (MEDEIROS, p.43).

De acordo com Silva (2001), esse processo de *reterritorialização* ocorre na nova terra, onde os agricultores manifestam as experiências guardadas na memória e, em consonância com os demais assentados, adquirem novos conhecimentos, recriando e atualizando seus modos de vida. Nesse sentido, no estudo realizado no assentamento São Virgílio, o processo de *reterritorialização* perpassa a constituição do *lugar da morada*. Nesse processo, o planejamento e materialização *lugar da morada* serão informados pelo *saber-fazer* camponês, atualizado a partir do novo local de moradia e na troca de saberes com os demais assentados.

O planejamento do lote

Woortmann (1983), bem como em Woortmann e Woortmann (1997), demonstram que o sistema espacial do sítio camponês obedece a dimensões práticas e simbólicas, em que a casa é o ponto de partida para a distribuição das áreas que compõem o sítio. De forma similar foi observado no assentamento São Virgílio, que no planejamento do *lugar da morada* os agricultores pensaram a localização da casa como uma referência espacial a partir da qual se projetam os ambientes externos, que são correlacionados

entre si assim a casa representa um marco de divisão e organização.

Ainda de acordo com Woortmann e Woortmann (1997), no interior da unidade familiar, o trabalho camponês é organizado segundo relações de hierarquia, de gênero e geração. No estabelecimento da relação da casa como marco referencial de ordenamento espacial, podemos remeter, em nosso contexto, àquilo que Woortmann (1983) e Woortmann e Woortmann (1997) observaram em suas pesquisas junto a sítios de Sergipe, em que a casa é o ponto de partida do processo de trabalho. Naqueles estudos, foi observado que cabe ao homem determinar a direção do trabalho que segue da casa para o mato, ou seja, de dentro para fora, respeitando uma lógica que parte do conhecido e domesticado para o desconhecido e natural. Segundo os autores, "a direção vai de *dentro para fora*", "num movimento centrífugo que tem na casa o núcleo organizador do processo de trabalho." (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p.37).

Em São Virgílio, foi possível observar movimento similar em relação ao planejamento do lote, como é evidenciado no depoimento a seguir:

Aqui a gente já, mais ou menos, dividiu o lugar da casa, tentamos manter já divididas as lavouras, tem que ter um arvoredor, uma planta de mandioca mais próximo da casa e tirar outro pedaço para potreiro, para a criação. Isso a gente já tem meio dividido, a gente já fez a casa no acordo assim, para as lavouras serem separadas, aí o resto tem que fazer. O pátio não tem ainda, mas a gente está planejando, o espaço já tem. Já tem que ter o espaço para plantio de árvore também, que não existe. Fazer os quebra-ventos que aqui dá vento muito forte. A gente vai aumentando. Plantar madeira de sobra para tirar para lenha, que lenha não tem aqui também. (Lírio)

No croqui a seguir (Figura 3), reproduzido a partir dos registros no diário de campo, pode-se observar, a partir do desenho de parte do lote de uma das famílias assentadas, a organização espacial que tem na casa um centro gerador. Localizada próximo ao corpo d'água, junto com esse, demarca uma divisão espacial entre as atividades da lavoura e aquelas de domínio doméstico de autoconsumo.

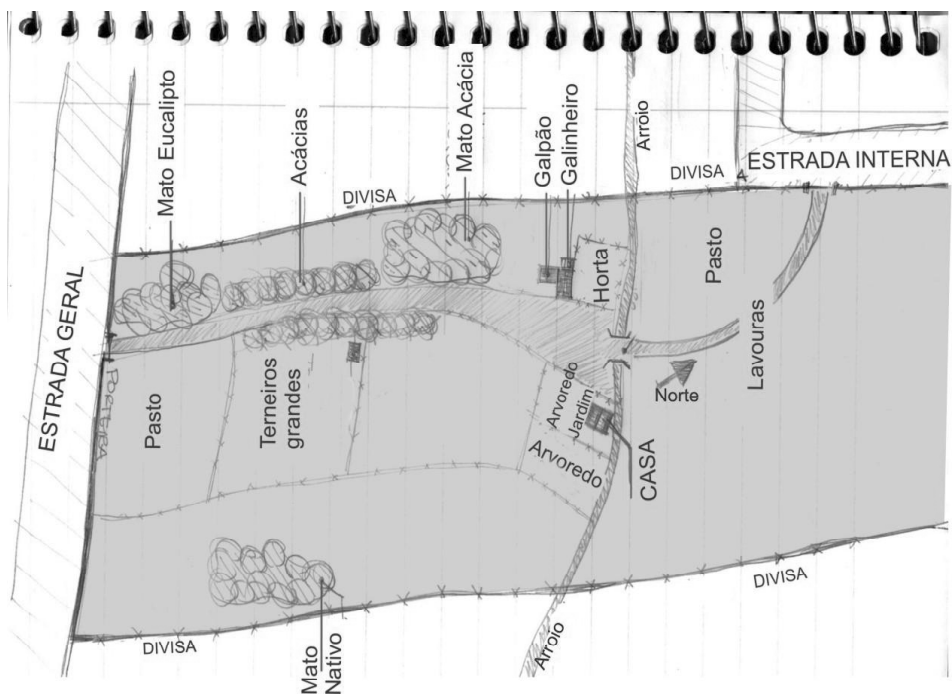


Figura 3 – Croqui da área frontal do lote de uma das famílias assentadas, onde se localiza o lugar de sua morada.

Fonte: Adaptado por Martins, V. (2009). Modificada de: Martins, V. 2008.

Por meio do planejamento, iniciam-se as etapas de organização do lote e, a partir da construção de um local de moradia, torna-se possível a mudança da família para "cima do lote", ainda que em um abrigo provisório. Assim é que as famílias, em seus primeiros anos sobre o lote, moram em barracos de lona, ou ocupam a edificação que futuramente será o galpão. Em "cima do lote", o barraco, quando construído com lona, em alguns casos era incrementado com o uso de recursos naturais disponíveis no local, como a terra para as paredes e a palha para coberturas improvisadas. Também o galpão é um *lugar* importante para o cotidiano camponês, já que abarca funções múltiplas. A localização do galpão dá-se em relação à da casa e ambos são marcos fixos implantados no terreno, em oposição às demais áreas externas, como a horta e o jardim, que tendem a rotacionar suas posições.

No assentamento São Virgílio, foi observado que a família constitui a

casa em processo que segue a trajetória de constituição do lote. A qualificação do *lugar da morada* está imbricada à organização e ao planejamento sistêmicos da parcela destinada a cada família. Foi observado que as famílias, em geral, vivem em moradias improvisadas nos primeiros anos, na forma de barracos de lona, madeira ou de materiais mistos. Com o tempo, constroem suas casas a partir de recursos próprios e/ou recursos oriundos de políticas habitacionais.

Cabe ressaltar que essas etapas ocorrem em tempos diferentes, e não correspondem a uma ordem cronológica vivenciada por todas as famílias da mesma forma. As diferenças quanto às condições materiais de cada família ao chegar ao assentamento repercutem em diferenças na constituição de seu *lugar* ao longo do tempo. A capacidade de adaptação, articulação e ressocialização à nova vida também são fatores que interferem na diferenciação entre famílias, diferenciação que, por sua vez, tem reflexo na *paisagem*.

O lugar da morada

De acordo com Godoi (1999, p.37), "o muro e o quintal são dois espaços sempre contíguos à casa de morada e podem ser pensados [...] como um desdobramento projetivo da casa". Também Garcia Jr. (1983), em estudo com pequenos produtores rurais em Pernambuco, destaca que a casa não é apenas a área coberta e com paredes: de acordo com esse autor, para aquele grupo, o entorno fechado, naquele caso denominado terreiro, também faz parte do corpo da casa. No caso do assentamento São Virgílio, essa área fechada em torno da casa é o pátio, também percebido como extensão da casa.

As áreas do entorno da casa – pátio, horta, jardim e "arvoredo" – compõem, junto com a própria casa, o *lugar da morada* e, por consequência, também seguem a *lógica* e a *simbólica* camponesa. As áreas que compõem o *lugar da morada* são articuladas entre si e carregam significações permeadas pela *moral camponesa*, a exemplo do que foi observado no sítio camponês por Woortmann e Woortmann (1997), em estudo com camponeses de Sergipe.

A Figura 4 mostra o arranjo espacial inicial do *lugar da morada* da família nos primeiros anos de assentamento. Observam-se posicionados a casa, o galpão, a estrada de acesso ao lote, os postes da rede de energia elétrica e o início da construção da casa atual.



Figura 4 – Fotografia do *lugar da morada* de uma família de São Virgílio nos primeiros anos no assentamento.

Fonte: Registrada por Alceu nos primeiros anos no assentamento e reproduzida por Martins, V. (2008).

Ao comparar Figura 4 com a Figura 5, é possível ver o pátio e a horta cercados. A casa definitiva foi construída um pouco abaixo de onde se localizava a casa de madeira e encontra-se protegida dos ventos pelos matos de acácia plantados nas duas direções dos ventos predominantes na região – ventos sudoeste e nordeste. Assim, temos que, da mesma forma que o lote é constituído ao longo do tempo, também o são as áreas de entorno da casa.



Figura 5 – Fotografia atual do *lugar da morada* de uma família de São Virgílio.

Fonte: Registrada por Martins, V. (2008).

O entorno da casa é, em geral, destinado à produção de alimentos para o autoconsumo da família, como também foi observado por Zanetti e Menasche (2007), em estudo realizado em comunidade camponesa no Vale do Taquari. Como destacam as autoras, nessa parcela de terra, embora pequena se

comparada ao restante da área de que o grupo familiar dispõe, é produzida uma grande variedade e quantidade de alimentos. O *excedente* dessa produção é comercializado na cidade de Herval, gerando resultado importante para a composição da renda familiar.

O pátio é uma área importante no entorno da casa e seu fechamento é um evento significativo: como elemento visível na paisagem do *locus* familiar, seu fechamento evidencia o resultado do trabalho da família e representa uma conquista na constituição do *lugar da morada*, sendo percebido como prestígio do grupo doméstico. Geralmente, é no interior do pátio que se localizam a horta e o jardim, assim como o "arvoredo de fruta", e esses também carregam significações que remetem ao resultado do *trabalho* e ao *capricho* do grupo familiar, notadamente da mãe de família.

As mudas e sementes de hortaliças e flores fazem parte do circuito de trocas femininas, não apenas no plano material, como também no simbólico, representado, por exemplo, pelo conteúdo das conversas femininas, em que se constituem enquanto veículos para a troca de informações e atualização das notícias locais. As crianças, especialmente as meninas, também participam das trocas de mudas.

O "arvoredo" refere-se tanto às árvores frutíferas, de menor porte, quanto aos quebra-ventos, formados por agrupamentos de árvores de maior porte, geralmente acácia. O "arvoredo", quando constituído por capões para quebra-vento, é percebido como delimitador do *lugar da morada*, ainda que estes sejam permeáveis. Essas árvores, além de servir como quebra-vento, fornecem sombra para os animais, madeira para o consumo doméstico e pólen para o mel, quando estão em floração.

Morada: lugar da família

Diversos estudos sobre campesinato apontam a casa como o *lugar* da família. Dentre eles, destaco os trabalhos de Heredia (1979), Garcia Jr. (1983) e Woortmann e Woortmann (1997), que evidenciam a casa como núcleo simbólico da família. A esfera das percepções simbólicas da casa, as relações hierárquicas associadas aos ambientes internos e externos, as diferenciações de gênero e a associação entre a casa e a família são aspectos transversais nesses estudos.

O *lugar da morada*, composto pela casa e seus arredores, comporta percepções diferenciadas referentes aos ambientes que o constituem. As áreas externas à casa, compostas também por áreas não construídas, assim como a

organização interna dos ambientes da moradia, revelam significações importantes para o *mundus* camponês.

A casa é percebida como núcleo simbólico da família e seus arranjos espaciais internos evidenciam relações simbólicas no interior do grupo doméstico – particularmente as relações de gênero. A casa e seu entorno, enquanto unidade no interior do lote, conformam locais predominantemente femininos, embora não exclusivamente. Heredia (1979) apreendeu, no grupo de camponeses estudado em Pernambuco, a oposição *feminino-masculino*, que também se expressa na oposição *casa-roçado*, a primeira ligada à mulher e o segundo, ao homem. Dessa forma, essa autora observou que havia espaços diferenciados também dentro da casa, correspondentes a tarefas diferenciadas de acordo com gênero e geração, evidenciando diferentes posições na hierarquia familiar. Assim, temos que a casa é percebida como local de domínio feminino. "A casa é concebida como lugar da mulher por excelência." (HEREDIA, 1979, p.79). Nas palavras da agricultora Dona Morena, *Acho que a casa, para a mulher, é tudo. Significa o bem-estar da gente, o sossego, é isso.*

As áreas externas à casa, o entorno, também são percebidas como de domínio predominantemente feminino, embora não exclusivamente. Aos estudar uma comunidade camponesa no Vale do Taquari, Zanetti e Menasche (2007) destacam a importância do trabalho feminino nas estratégias de reprodução familiar, especialmente ao atender as demandas de autoconsumo da família. Segundo as autoras, a produção voltada ao autoconsumo é proveniente das hortas, pomares, criações e pequenas lavouras. Ramos (2007), em estudo com camponeses de Maquiné, observou que "às mulheres, em geral, cabem as tarefas da casa e do quintal, onde criam galinhas e porcos, trabalham com vacas de leite e mantém uma horta" (RAMOS, 2007, p.72). Como destacado nesses estudos, o trabalho é realizado predominantemente pelas mulheres, o que também foi observado no estudo junto aos colonos assentados em São Virgílio.

Os arranjos internos da casa, por meio dos repartimentos dos cômodos, também traduzem relações simbólicas. Assim é que a sala, na escala doméstica, é de domínio predominantemente masculino, enquanto a cozinha é de domínio feminino.

Na cozinha, o fogão a lenha não só é o *lugar da transformação da comida*, como também carrega significações que remetem à união da família, representada pelo *fogo*, aqui no *lugar da mulher*. Em oposição – e complementaridade –, a lareira, na sala, representa o fogo no *lugar do homem*, no interior da casa, e remete a significações do sagrado, geralmente representado pela presença da

Bíblia, de imagens e/ou dizeres religiosos.

Os quartos são ambientes de privacidade dos membros do grupo familiar, representam nichos de proteção, no interior da casa. O acesso a eles é exclusivo ao grupo doméstico, exceção feita nos momentos em que se recebe visita, quando essa é absorvida como membro da família, o que legitima o acesso a um quarto, porém não a torna igual a um familiar, condição que lhe impõe limites e faz que seja percebida como um ser ambíguo. Assim é que o quarto de visitas é um ambiente requerido pelas famílias, e sua materialidade, além de representar mais uma concretização na constituição do *lugar da morada*, ainda parece minimizar tal ambiguidade.

Outro ambiente que é percebido de forma ambígua é o banheiro, cuja proximidade da casa é, por um lado, indesejada, devido às representações sobre a contiguidade da casa com o local de descarte de sujeiras e dejetos do corpo e, por outro lado, é necessária, devido à proteção do próprio corpo das condições climáticas. Assim é que o banheiro merece um *lugar* intermediário, que não se configura nem *dentro* da casa, nem *fora* dela.

Quando as casas possuem uma varanda externa – que os agricultores denominam de *área* –, formada comumente pelo prolongamento de um dos telhados, esse é o local onde recebem os estranhos ou os *conhecidos*, que não têm acesso ao interior da casa. Mas a área também atende a outras funções, podendo eventualmente tornar-se o *lugar das festas*, em que são recebidos parentes, vizinhos e compadres. Demais ambientes, como a garagem e a área de serviço, são pouco encontrados nas casas das famílias assentadas, percebendo-se que vêm sendo, aos poucos, adicionadas por aqueles que estão em processo de *melhorar de vida*.

Por fim, os colonos assentados preocupam-se com o futuro dos filhos, que, ao crescer, formam novas famílias ou partem do assentamento, comumente para estudar. Na percepção dos assentados, a constituição de uma nova família exige a constituição de um novo *lugar* para sua *morada*, que o lote familiar deveria dar condições de acomodar. Mas, em geral, os agricultores consideram que seus lotes são pequenos para comportar as futuras famílias dos filhos. Assim, sofrem com a possibilidade de uma nova dispersão familiar, agora do próprio grupo doméstico. A saída dos filhos para estudar é percebida, por um lado, como difícil, pois representa uma separação e, por outro lado, como benéfica, pois remete à possibilidade de melhores condições de vida para os filhos. No entanto, os assentados apostam no retorno dos filhos para as proximidades do *lugar da comunidade*, representada pelo próprio assentamento, seja esperando

que os *filhos da comunidade* retornem para exercer suas profissões no assentamento, ou buscando morar em seu entorno, por meio do enfrentamento a novos acampamentos, ou mesmo, do acesso ao crédito-fundiário.

Ao concluir, cabe lembrar que este estudo deve ser percebido como apenas um recorte do universo, imensamente rico e complexo, do campesinato que hoje vive nos assentamentos da Reforma Agrária, espalhados pelo Brasil.

Referências

ABREU, R. L. de; **Mapa de Localização do Município de Herval no Rio Grande do Sul**. 2006. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_Municip_Herval.svg>. Acesso em: 05 maio 2009.

BELEDELLI, S.; **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos**. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Assentamento São Virgílio I e II: Estradas Vicinais**. [Porto Alegre]: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11. 1 mapa, 42 cm x 29,7 cm. Sem Escala, 2006.

CLAVAL, P.; O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p.35-86.

COSTA, S. A.; O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta. (Org.). **Retratos de Assentamentos – Cadernos de Pesquisa**. Araraquara: FCL/UNESP, 2004. n. 9, p.175-193.

FERRANTE, V. L. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta.; JUNIOR, Osvaldo Aly (Org.). **Assentamentos Rurais: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20**

anos). Araraquara: UNIARA, 2005. p.37-70.

GARCIA JR, A. R.; **Trabalho da Terra**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, E. P. de; **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, R.; Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, 2004, p. 1-19. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 06 jun 2009.

HEREDIA, B. M. A. de.; **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, J. Souza. (Coord.). O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *Travessias*: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.11-52.

MARTINS, V.; Diário de Campo. Herval, 2008. Manuscrito.

_____. **Lugar da Morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária. 2009. 235 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, R. M. V. de; Camponeses, Cultura e Inovações. **Campo Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006. p.41-59.

QUINTEIRO, M. C.; Rio Paraíso: o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos

assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.159-201.

RAMOS, M. O.; "**A comida da roça**" **ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquine (RS). 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SEYFERTH, G.; As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1992. v. 7, n. 18, p.78-95.

SILVA, P. J. da.; Territorialidade e desterritorialidade: Os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, 21 (2), 2001. p.83-101.

SOARES, M. G. O.; SALAMONI, Giancarla. Do latifúndio à reforma agrária: as transformações sociais de um território, estudo de caso no município de Herval – RS. **XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação da UFPel**. Pelotas, 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00562.pdf>. Acesso em: 09 maio 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WOORTMANN, E.; O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1983. n. 81, p.164-203.

_____. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K.; **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997.

WOORTMANN, K.; Com parente não se neguecia: o campesinato como

ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1990. n. 87, p.11-73.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R.; Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R.; (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2007.